

GRACE MACIEL ROCHA

**A MANUTENÇÃO DO CERTIFICADO DE FILANTROPIA ATRAVÉS DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPr, como requisito para a obtenção do título de especialista no Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças-2007.

Orient.: Prof. Dr. Vicente Pacheco

CURITIBA

2008

Dedico este trabalho às Irmãs Felicianas, pelo apoio e orações, aos meus pais, minha filha e marido pelo incentivo durante minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Dirceu e Fátima pela educação e dedicação aos filhos.

A minha filha Júlia, que mesmo tão pequena, demonstrou paciência e compreensão pelas minhas ausências;

Ao meu marido, Romão, pelo carinho, compreensão e companheirismo;

Ao professor Dr. Vicente Pacheco, meu enorme apreço, por sua orientação para a realização dos objetivos propostos;

A todos os meus amigos, que incentivaram e acompanharam meu processo de estudo.

RESUMO

Rocha, Grace Maciel. A Manutenção do Certificado de Filantropia Através de Demonstrações Contábeis de Entidade Sem Fins Lucrativos. As organizações sem fins lucrativos é resultado das necessidades socioeconômicas, da falta de estrutura no setor público, da degradação ambiental, da falta de segurança e principalmente da maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial, com todos estes movimentos cresce o número de entidades sem fins lucrativos, e para que estas organizações se desenvolvam e contribuam para a redução do impacto social que se apresenta no Brasil, é necessária a fiscalização por parte do Governo verificando a integridade e manutenção dos Certificados dessas entidades, sendo importante atender à ciência contábil, uma vez que esta pode auxiliar na administração deste setor da economia, a contabilidade em qualquer entidade se torna extremamente útil se empregada de forma correta. Apesar de não visar o lucro e sim os aspectos sociais, para que as entidades sem fins lucrativos continuem executando bem suas atividades é necessário que exista um controle das origens e aplicações dos recursos., a respeito de não visarem o lucro, este é imprescindível para que sejam capazes de pagar todos seus fornecedores, recursos humanos, entre outros, atingindo, seus principais objetivos. As referências teóricas que deram suporte a este trabalho foram Fipecafi, Franco, NBCT, Young, Lei 6.404/76. Os autores citados, dentre outros, serviram de suporte a este estudo. O instrumento escolhido com o objetivo de desenvolver o estudo consistiu na observação de poucas fontes de estudo referente a manutenção de certificados de Entidades Filantrópicas. A produção de conhecimento e a investigação na área é bem restrita por se tratar de um enquadramento diferenciado, onde me comprometi a exemplificar demonstrativos e relatórios disponibilizando como fonte de consulta.

Palavras-chave: Manutenção do Certificado, Entidade Filantrópica, Entidade Sem Fins Lucrativos, Demonstrações Contábeis, Relatórios de Acompanhamento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1. PESQUISA	10
1.1 PROBLEMA	10
1.2 JUSTIFICATIVA	11
1.3 OBJETIVOS	12
1.4 DELIMITAÇÃO	13
1.5 METODOLOGIA	13
1.6 ESTRUTURAÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 INTRODUÇÃO	14
2.2 O QUE É ENTIDADE FILANTRÓPICA(SEM FINS LUCRATIVOS).....	14
2.2.1 TABELA 1.0.....	15
2.3 CLASSIFICAÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.....	15
2.3.1 QUANTO AOS FINS	16
2.3.2 QUANTO À CONDIÇÃO DE SUJEITO	16
2.3.3 QUANTO A ATIVIDADE QUE DESEMPENHA.....	16
2.3.4 QUANTO A ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS	16
2.3.5 ENTIDADE RELIGIOSA.....	17
2.3.6 ENTIDADE DE CARÁTER BENEFICENTE, FILANTRÓPICO E CARITATIVO.....	17
2.3.7 ENTIDADE DE CARÁTER EDUCACIONAL, CULTURAL, INS- TRUTIVO, CIENTÍFICO, ARTÍSTICO E LITERÁRIO	17
2.4 FILOSOFIA DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.....	17
2.4.1 MISSÃO	17

2.4.2 OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	18
2.4.2.1 TABELA 1.0.....	19
2.4.3 FINALIDADE ESTATUTÁRIA.....	19
2.5 MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	19
2.5.1 GESTÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.....	20
2.5.1.1 FIGURA 1.0.....	20
2.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY).....	21
2.6.1 MINISTÉRIO PÚBLICO.....	22
2.6.2 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-CNEs.....	22
2.6.3 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CNAs.....	22
2.6.4 INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS	22
2.7 ESTRUTURA CONTÁBIL	23
2.7.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	25
2.7.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	25
2.7.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
2.7.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.....	26
2.7.5 NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
2.8 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONFORME LEI 6.404/1976.....	29
2.8.1 EXEMPLO DA ESTRUTURA	30
2.9 NBC T 10.19 – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCRO	31
2.10 NOVAS REGRAS CONTÁBEIS LEI 11.638/2007	33
2.11 DECRETO Nº 6.308, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.....	34
3. CONCLUSÃO	37
4. BIBLIOGRAFIA	38

5. MODELO DOS RELATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	40
5.1 ANEXO I.....	40
5.2 ANEXO II.....	59
5.3 ANEXO III.....	60
5.4 ANEXO IV.....	61
5.5 ANEXO V.....	62
5.6 ANEXO VI.....	67

1. INTRODUÇÃO

O campo específico de controles internos para manutenção da filantropia de uma entidade sem fins lucrativos, apresenta poucas fontes aos meios de acesso e produção de informação que o caracterizam. A produção de conhecimento e a investigação na área, é bem restrita por se tratar de um enquadramento diferenciado, entendendo-se este conceito em seu sentido etimológico, me comprometi a exemplificar demonstrativos e relatórios.

Este projeto faz parte de uma pesquisa para o Curso de Pós Graduação em Contabilidade e Finanças na Universidade Federal do Paraná (Brasil) o qual participa a Entidade Obras Sociais e Culturais Felicianas, que está inserida em um contexto mais amplo de preocupações com a manutenção de enquadramento Filantrópico (Entidade Sem Fins Lucrativos), fornecendo dados e informações gerais para conclusão do mesmo, foi criada como entidade Filantrópica em 1966, com o propósito de atender comunidades carentes com seus projetos sociais e culturais.

Destacam-se, duas vertentes neste processo de investigação o enfoque a necessidade de mais obras para pesquisa e orientação. E a outra vertente consubstanciar-se-á na exemplificação de demonstrativos contábeis e na distribuição e contabilização das receitas e despesas com gratuidade, contribuindo como uma fonte de informação para Estudantes, Pesquisadores e Profissionais da área Contábil e seus Gestores. Essa fonte servirá para identificação e obtenção de conhecimento para manutenção e controles internos; servirá como fonte de pesquisa para este enquadramento específico; ajudando na adequação de estudos realizados às práticas organizacionais ou de ensino em que os profissionais, pesquisadores ou estudantes estejam inseridos.

O presente projeto é resultado da estrutura de uma pesquisa sobre manutenção do enquadramento Filantrópico (Entidade Sem Fins Lucrativos), que beneficia a entidade com isenção de impostos Federais, Estaduais, Previdenciários e Municipais. Este capítulo se encerra com apresentações da justificativa e objetivos que nortearam essa investigação.

É necessário, primeiramente, definir claramente a missão, a meta e os objetivos propostos pela empresa para que o processo de controle não se perca durante sua trajetória.

1. PESQUISA

1.1 PROBLEMA

Nas últimas décadas, ocorreu um crescimento no interesse de Gestores de Organizações na área de Entidades Filantrópicas, exige-se mais destas organizações como relatórios de fácil interpretação, acessível e apresentados em curto espaço de tempo, por ser uma Entidade que não visa Lucro, sua estrutura não obedece aos planos de contas tradicionais encontrados comumente nas Sociedades Mercantis.

SÁ (2002, p.275), afirma que “Não se obedece às regras do que a lei nº 6.404/76 estabelece, porque esta é aplicável às sociedades mercantis, ou seja, às que visam o Lucro”.

Como nas Entidades Sem Fins Lucrativos todos os colaboradores lutam por um objetivo comum de aspecto social, a prestação de contas (“accountability”) e as informações são intensamente cobradas, em função disso está sendo realizado o estudo sobre a aplicação e prática de controles internos para sua manutenção e organização. No entanto, conforme estes estudos e práticas aumentam, cresce também a necessidade de informações a respeito da produção científica já realizada sobre esta área. Sendo assim, quando os gestores de organizações ou pesquisadores que se interessam a iniciar uma pesquisa sobre este assunto, se deparam com os seguintes questionamentos:

- a) Quais são as informações existentes sobre a publicação com relação à Manutenção da Filantropia (Entidade Sem Fins Lucrativos)?
- b) Quais são as principais temáticas já estudadas e suas características?
- c) Quais são os principais autores da área?
- d) Exemplo de Balanço Patrimonial;
- e) Exemplo de Demonstração de Resultado;
- f) Exemplo de Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos;
- g) Exemplo de Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido;
- h) Exemplo de Relatórios de Gratuidade junto há órgãos competentes;

Todos esses questionamentos podem se resumir em uma pergunta, ou problema da pesquisa, a qual se refere ao tema do presente Trabalho de Conclusão de Curso, que é a seguinte:

Como fazer para manter o enquadramento de filantropia de Entidade sem Fins Lucrativos através de suas Demonstrações Contábeis?

1.2 JUSTIFICATIVA

A principal motivação para a realização desta pesquisa é a contribuição que ela irá proporcionar à Entidade Obras Sociais e Culturais Felicianas e também para pesquisadores, estudantes e demais interessados, pois servirá como um importante instrumento de consulta sobre uma temática estudada e com poucas fontes. Nesse sentido, *será possível ao usuário dessas informações a formulação e conclusão a respeito de controles internos e manutenção de enquadramento Filantrópico e os benefícios que ele trás, além de estabelecer estudo sobre a temática existente e no desenvolvimento da área.*

Um dos principais resultados do trabalho será um produto de informação com exemplos a ser disponibilizado para pesquisa e informação na Universidade Federal do Paraná - UFPR, possibilitando ao usuário (interno e externo à UFPR) o acesso a informações sobre a produção de Demonstrativos Contábeis e a manutenção de Entidade Filantrópica (Sem Fins Lucrativos).

Este produto de informação poderá beneficiar à Entidade Obras Sociais e Culturais Felicianas, bem como o Curso de Especialização de Contabilidade e Finanças, seus estudantes e profissionais. Servirá como referência em estudos de produção e pesquisa científica ampliando conhecimento na área específica.

Alem disso, a construção da Base de Dados OSCF beneficiará a comunidade científica em geral, que terá uma fonte de informação para a identificação das temáticas já estudadas e de autores e organizações que podem ser considerados referências em estudos e práticas relacionadas à Manutenção do enquadramento de Filantropia e seus benefícios. *Por fim, quem também irá se beneficiar com a construção desta Base serão os autores e instituições, pois por meio desses registros será possível tornar a sua produção visível à comunidade da área Contábil e seus gestores.*

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é apresentar e discutir controles internos para manutenção do enquadramento Filantrópico e seus benefícios de acordo com a legislação no Brasil, facilitando a elaboração de relatórios anuais.

E conforme os problemas apresentados anteriormente, mostrar como facilitar a interpretação dos relatórios, esclarecendo algumas formas de se obter a melhor informação, e desta forma auxiliar ao usuário que trabalha diretamente com estas situações.

Ainda, mostrar as normas contábeis aceita pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC sobre entidades que compõe o benefício de Filantropia, para que as instituições deste segmento obtenham informações de fácil compreensão e acessível aos usuários.

Decorrente deste tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Exemplificar as Demonstrações Contábeis com as informações necessárias para manutenção de filantropia;
- b) Consultar a versão eletrônica da Base de Dados para extrair os artigos relevantes sobre o tema;
- c) Realizar análises contábeis e científicas com base nas informações ;
- d) Estabelecer modelos dentro das normas constantes em legislação para a produção de demonstrativos que atendam as exigências de relatórios junto há Órgãos Públicos para manutenção do enquadramento Filantrópico e seus benefícios.

1.4 DELIMITAÇÃO

A Entidade Filantrópica (Sem Fins Lucrativos), é o setor da economia que tem uma infinidade de entidades com suas próprias características, como fundações de caráter beneficente, cultural, religioso, científico, esportivo, dentre outros.

Serão abrangidos neste trabalho aspectos contábeis, e suas fontes de recursos, Contabilidade Financeira e Contabilidade aplicada específica no setor Religioso, não contemplando aspectos jurídicos de recursos financeiros, e forma de constituição.

1.5 METODOLOGIA

Neste trabalho também serão utilizados: Normas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, livros, revistas, artigos, periódicos e Legislação pertinentes relacionados à temática em questão.

A Lei será citada para fundamentar as definições e conceitos empregados na elaboração da monografia.

Usar-se-ão como caráter exemplificador, a empresa Obras Sociais e Culturais Felicianas, Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos, assessorada pela autora deste trabalho aplicando-se rotineiramente os conceitos abordados.

1.6 ESTRUTURAÇÃO

Inicialmente apresenta-se a Introdução ao trabalho, referenciando o que é Entidade Sem Fins Lucrativos e seqüencialmente apresentam-se os objetivos pretendidos, as limitações e justificativa para escrever esta monografia.

O trabalho está estruturado com uma breve introdução, referente a Entidade Filantrópica (Sem Fins Lucrativos), sua classificação, filosofia (missão, objetivos, finalidades, metas); a forma de manutenção do Patrimônio Social com modelos de prestação de contas a órgãos Públicos, aspectos sobre o Balanço Patrimonial, Social, Demonstrações das Atividades Exercidas, as Notas Explicativas e, por fim, um sistema de informação eficaz aos usuários.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INTRODUÇÃO

A expansão das organizações sem fins lucrativos é resultado das necessidades socioeconômicas, da falta de estrutura no setor público, da degradação ambiental, da falta de segurança e principalmente da maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial.

Com todos estes movimentos incentivando o crescimento de entidade sem fins lucrativos, e para que estas organizações se desenvolvam e contribuam para a redução do impacto social que se apresenta no Brasil, é muito importante atender à ciência contábil, uma vez que esta pode auxiliar na administração deste setor da economia.

A contabilidade em qualquer entidade se torna extremamente útil se empregada de forma correta. Apesar de não visar o lucro e sim os aspectos sociais, para que as entidades sem fins lucrativos continuem executando bem suas atividades é necessário que exista um controle das origens e aplicações dos recursos. A despeito de não visarem o lucro, este é imprescindível para que sejam capazes de pagar todos seus fornecedores, recursos humanos, entre outros, atingindo, por conseguinte, seus principais objetivos.

2.2 O QUE É ENTIDADE FILANTRÓPICA (SEM FINS LUCRATIVOS)?

Para ser considerado uma instituição sem fins lucrativos a lei esclarece que devem ser "...pessoa jurídica de direito privado que não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio auferido mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social" (Lei nº 9790/99 art 1º parágrafo 1).

Para Paulo Arnaldo (apud OLAK, 1996, p.65) " entidades sem fins lucrativos são aquelas instituições formadas com o propósito social, educacional, religioso, de saúde ou filantrópicas e aquelas em que, normalmente, não existe interesse na transferência da propriedade e seus membros ou contribuintes não recebem qualquer ganho econômico ou financeiro direto".

Já para as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC T 10.19 que regulamenta o procedimento contábil de entidades sem finalidade de lucros diz que "Entidades sem fins lucrativos são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e os lucros ou prejuízos são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit".

Com as definições, fica claro que seus objetivos não são seus criadores, diretores, associados, sócios ou conselheiros. Estes são apenas a "matéria-prima" que pretendem chegar no seu "produto final". O produto final é o ser humano transformado, ou seja, algo que provoque mudanças sociais.

Conclui-se, também que o crescimento patrimonial destas empresas, não equivale, necessariamente, ao crescimento patrimonial dos seus associados e a estes não se revertem, em nenhum momento.

Mesmo quando existe uma dissolução destas entidades, seu patrimônio não se destina a seus associados. YOUNG (2003, P.17) salienta que conforme o art. 61 do Novo Código Civil, “na dissolução de associações, o remanescente do seu patrimônio social, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, deverá ser destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. E não havendo tal instituição no Município, Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, esta deverá destinar seu patrimônio para a Fazenda do Estado, Distrito Federal ou União”.

Assim segue a tabela 1.0 com os seguintes conceitos chaves das entidades sem fins lucrativos;

2.2.1 Tabela 1.0 - Conceitos de Entidade Sem Fins Lucrativos;

Lucro	Constitui-se um meio, não em um fim.
Propósito Institucional	Provocar mudanças sociais.
Patrimônio	Não há participação dos membros no mesmo.
Princ.Fontes de Recursos	Contribuições, doações, subvenções.

Fonte; Dissertação de Mestrado Paulo Arnaldo Olak, (1996, p.57).

2.3 CLASSIFICAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Existem várias formas de se classificar as entidades sem fins lucrativos. Elas podem ser classificadas quanto às atividades que desempenham, quanto à origem dos recursos financeiros e materiais, quanto à extensão dos benefícios sociais, quanto à condição de sujeito e muitas outras classificações.

Para CALDERELLI (1997, p.290) “Entidade é a empresa cuja finalidade não visa fins lucrativos, e que coloca o seu patrimônio para atender as necessidades de uma coletividade”.

Segundo CFC(2003,P.29) “As entidades são pessoas jurídicas de direito privado reguladas, quanto à sua criação e funcionamento, pelo Código Civil. Como reconhecimento da atuação dessas pessoas jurídicas, o Poder Público lhes concede benefícios como a imunidade e a isenção de tributos, além da concessão de títulos como de utilidade pública, registro e certificado nos conselhos de assistência social e de organização da sociedade civil de interesse público”.

Para FRANCO (1977, p.34) “as entidades classificam-se; quanto ao seus fins e quanto à condição do sujeito”.

2.3.1 QUANTO AOS FINS

Quanto aos fins se dividem em sociais e econômicas – sociais.

FRANCO (1977, p.35) define entidades sociais como “as que possuem riqueza apenas como meio para atingir seu fim, que é puramente social. E as entidades econômicas – sociais como as que possuem a riqueza como meio e fim, porém o aumento do patrimônio que elas têm em vista é para benefício da própria sociedade, revertendo o patrimônio em forma de pecúlios às pessoas que contribuíram para a formação desse patrimônio”.

Alguns exemplos de entidades sociais são as associações, piás beneficentes, esportivos, culturais entre outras. E nas econômicas – sociais se enquadram os institutos de aposentadoria, pensões e previdências, etc.

2.3.2 QUANTO À CONDIÇÃO DE SUJEITO

Quanto à condição de sujeitos as entidades sem fins lucrativos classificam em públicas e particulares.

Para FRANCO (1977, p.36) “Públicas são as que pertencem à coletividade, em forma de fundações, corporações, ou sob o domínio do Estado. Desse tipo são os sindicatos de classe, as fundações com fins beneficentes, educacionais, e o próprio estado, cujo patrimônio pertence à coletividade. Particulares são as de propriedade particular de um indivíduo ou grupo de indivíduos, como as sociedades civis”.

2.3.3 QUANTO A ATIVIDADE QUE DESEMPENHA

Quanto à atividade que desempenham são classificadas em entidades educacionais, entidades de beneficência e Saúde, entidades religiosas, instituições de caridade, entre outras.

2.3.4 QUANTO A ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

São divididas nas que dependem fundamentalmente das subvenções governamentais das que não dependem de subvenções governamentais.

As que dependem de subvenções são, normalmente, consideradas de utilidade Pública, portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Podem receber subvenções ordinárias (periódicas) ou extraordinárias (esporádicas). As primeiras normalmente servem para subsidiar as despesas de manutenção, folha de pagamento e materiais utilizados na atividade social. As subvenções esporádicas são utilizadas para atender projetos específicos de investimentos.

As que não dependem de subvenções governamentais são aquelas entidades que têm como principais fontes de recursos às contribuições, doações, a cobrança de taxas de serviços dos sócios, associados e da comunidade em geral. Não recebem subvenções governamentais, mas podem receber subvenções de outras entidades privadas nacionais ou organizações internacionais.

2.3.5 ENTIDADE RELIGIOSA

São empresas jurídicas constituídas para atender interesses comuns relativos ao caráter religioso, cultural, político, assistencial e esportivo. Existem para atingir determinados fins, seus colaboradores não objetivam o lucro, apesar de o lucro ser importante para a continuidade desta, classificada como atividades de organizações religiosas.

Entidade religiosa é o conjunto de crenças e atividades organizado de maneira mais ou menos permanente com vistas à consecução de algum objetivo do grupo.

2.3.6 ENTIDADE DE CARÁTER BENEFICENTE, FILANTRÓPICO E CARITATIVO

Esta entidade têm por fim proteger e amparar a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice. São os asilos, creches, guardas-mirins, Legião da Boa Vontade – LBV, etc.

2.3.7 ENTIDADE DE CARÁTER EDUCACIONAL, CULTURAL, INSTRUTIVO, CIENTÍFICO, ARTÍSTICO E LITERÁRIO

Em linhas gerais, estas entidades visam o aprimoramento educacional, instrutivo e artístico dos indivíduos. As atividades aqui compreendem todas as ações de instrução e desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais das pessoas, o desenvolvimento dos conhecimentos literários e de ciências ou artes. Exemplo escolas, jardim de infância, museus, bibliotecas, etc.

2.4 FILOSOFIA DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Para que as entidades, consigam realizar satisfatoriamente suas atividades – fins destinadas a cada público específico, é fundamental que seus objetivos, metas, missões e resultados, entre outros, estejam definidos em longo prazo, de forma clara e operacional.

DRUCKER (1988, p.53) realça esta idéia, afirmando que “A primeira e também mais difícil tarefa do executivo de uma instituição sem fins lucrativos é conseguir que todos esse públicos concordem a respeito das metas em longo prazo. Construir ao redor ao longo prazo é a única maneira de integrar todos esses interesses”.

2.4.1 MISSÃO

Para NAKAGAWA (1993, p.25) “Missão de uma empresa é sua razão de ser”.

KOTLER (1980, p.83) “considera que a missão de uma empresa se relaciona à satisfação de uma necessidade de seu ambiente externo: a decisão de fazer determinado produto, ou prestar um determinado serviço, é um meio de satisfazer necessidades no ambiente externo e, portanto, uma forma de sobrevivência e continuidade, ou seja, de a empresa cumprir sua missão”.

O pensamento corrente sobre a missão das organizações em geral procura obter resposta à seguinte questão básica: “Qual é o nosso negócio?”

Para DRUCKER (1988, p.65) “Um negócio não é definido pelo seu nome, estatutos ou artigos de incorporação”.

A declaração da missão em entidades sem fins lucrativos, tem muito a ver com a transformação dos indivíduos ou grupo de indivíduos, cujo retorno esperado para a entidade é de carácter imaterial e emotivo, ao contrário do que ocorre nas atividades empresarias.

Para OLIVEIRA (1986, p.98) “A missão é uma forma de se traduzir determinado sistema de valores em termos de crenças ou áreas básicas de atuação, considerando as tradições e filosofias da empresa”.

Definir a missão da empresa é o início para alcançar ambientes macros, mostrando a direção, e determinando limites do planeamento estratégico relevante. A missão deve ser entendida como uma identidade a ser seguida, mas nunca algo específico a ser alcançado.

Exemplo;

A Missão de Obras Sociais e Culturais Felicianas

Como Felicianas - Franciscanas chamadas por Deus, cooperamos com Cristo na renovação espiritual do mundo.

2.4.2 OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Nas entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, seus objetivos fundamentais estão explicitados nos seus atos constitutivos e, para atingi-los, deve haver perfeita harmonia entre recursos humanos e materiais, tendo em vista a Missão, Objetivos Fundamentais e Finalidades Estatutárias. Esta harmonia deve permanecer em longo prazo para que a filosofia da entidade prevaleça.

Exemplo; A Filosofia

O Colégio Nossa Senhora da Assunção (Obras Sociais e Culturais Felicianas), fiel aos ensinamentos da Igreja, pelos quais se norteia em uma pedagogia criadora, libertadora, comunitária, realista, permanente e dialogante, se propõe a alcançar os seguintes fins:

- Despertar o educando para o seu valor como pessoa;
- Motivar o aluno à pesquisa e descoberta dos valores específicos do ser humano;
- Dar condições para que ele possa identificar-se na vida social comunitária;
- Educá-lo integralmente, despertando-o para o trabalho, dando-lhe uma visão sobre a vida, o mundo e a humanidade;
- Prepará-lo para o exercício livre e consciente da cidadania;

- Trabalhar para que o educando sinta sua posição como elemento importante num modo que se transforma continuamente;

2.4.2.1 Tabela 2.0 - Diferenças entre os Objetivos das Entidades Sem Fins Lucrativos e Entidades Com Fins Lucrativos.

ENTIDADES	OBJETIVO-MEIO	OBJETIVO-FIM
Entidades com fins lucrativos	Satisfação das necessidades dos consumidores	Lucro
Entidades sem fins lucrativos	Provocar mudanças sociais	Indivíduos transformados

Fonte; Dissertação de Mestrado Paulo Arnaldo Olak (1996, p.57).

2.4.3 FINALIDADE ESTATUTÁRIA

- Difundir a educação e o ensino, criando, instalando e mantendo estabelecimentos de ensino em seus vários graus, oferecendo, inclusive, cursos livres, profissionalizantes e universitários e propagando a educação da cidadania;
- Assistir as crianças, os jovens e os adultos nos âmbitos social, educacional, profissional e espiritual;
- Desenvolver atividades pastorais promovendo a formação integral da pessoa;
- Criar, congregar, dirigir e manter outras instituições assistenciais que visem a beneficência, a promoção humana, a educação, a cultura, a evangelização, o ensino e a assistência social.
- Dedicar-se a obras de promoção humana, visando o aperfeiçoamento humano, espiritual e material de suas associadas e da coletividade em geral, principalmente dos mais carentes e necessitados.

2.5 MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO

As Entidades Sem Fins Lucrativos têm suas principais fontes de recursos para realização de seus propósitos sociais; as subvenções governamentais, contribuições de associados, sócios, membros e doações da comunidade na forma de recursos financeiros, humanos ou materiais.

Quando estas fontes de recursos são destinadas a custear as atividades das entidades sem fins lucrativos devem ser contabilizadas como receita, e quando esse recursos são destinados a contribuir patrimonialmente são destinadas e devem ser contabilizadas como Patrimônio Social.

A NBC T 10.19.2.3 explica que “As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social”.

2.5.1 GESTÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

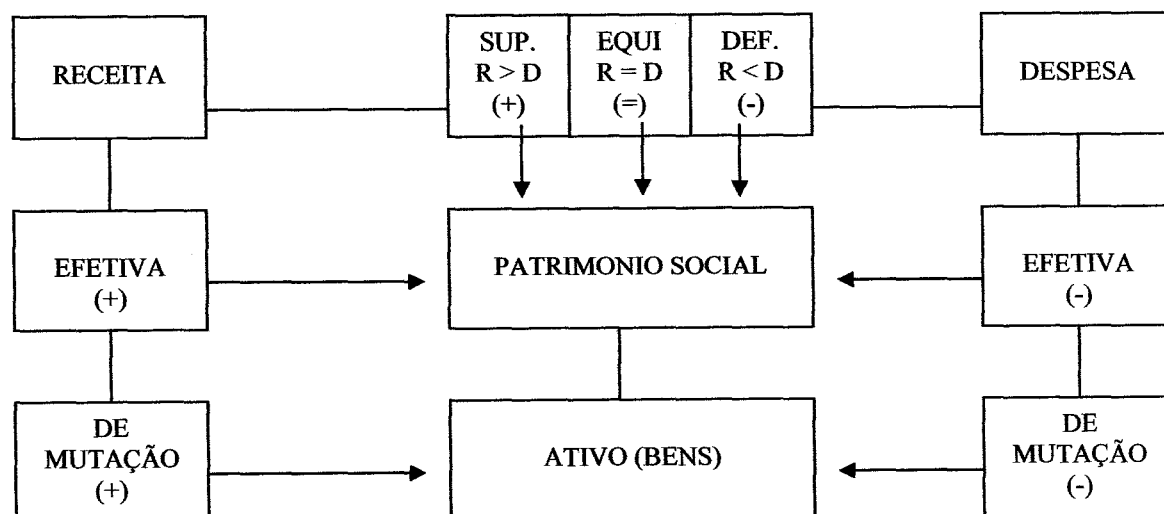
O ciclo financeiro de entidade sem fins lucrativos compreende a obtenção de receita, através de contribuição dos que devem e os que querem fornecer os meios para que a entidade possa alcançar seu fim. A receita efetiva contribui para aumento do patrimônio social da entidade, pois corresponde à entrada de elemento patrimonial sem correspondente saída de outro.

A receita proveniente de mutação patrimonial não aumenta o patrimônio social líquido porque corresponde à alienação de bem patrimonial, havendo, portanto, mera permutação de componentes do patrimônio.

Neste ciclo financeiro também será necessária a aplicação destas receitas e despesas indispensáveis à realização dos fins sociais. A despesa efetiva contribui para diminuição do patrimônio social da entidade, pois há a saída sem correspondente entrada. Já a despesa proveniente de mutação patrimonial não diminui o patrimônio social líquido porque corresponde meramente permutação de componentes do patrimônio.

Quando existe uma receita efetiva maior que a despesa efetiva, a entidade possui um superávit econômico, o qual contribui para o aumento do patrimônio da entidade. Quando há um equilíbrio entre receita efetiva e despesa efetiva, não há alteração no patrimônio, e por fim quando a receita efetiva é menor que a despesa efetiva, ocorre déficit econômico, que concorre para reduzir o patrimônio social.

2.5.1.1 Figura 1.0 - Disposição Gráfica dos Componentes da Gestão de Entidade Sem Fins Lucrativos



Fonte; Contabilidade Geral – Hilário Franco (1977, p.240).

2.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

As entidades sem fins lucrativos são intensamente cobradas por seus colaboradores para demonstrar as origens e aplicações de recursos empenhados em sua atividade. Os associados, sócios, subventores, doadores são responsáveis pelo fornecimento dos recursos, e, portanto delegam poderes para gestão dos recursos, e do outro lado, a administração, a quem cabe prestar contas aos seus colaboradores. A este relacionamento de autoridade e responsabilidade denominamos de “accountability”.

Para CALDERELLI (1997, p. 664) “a prestação de contas é o ato de comprovação, demonstração e justificação de atos administrativos, por meio da contabilidade”.

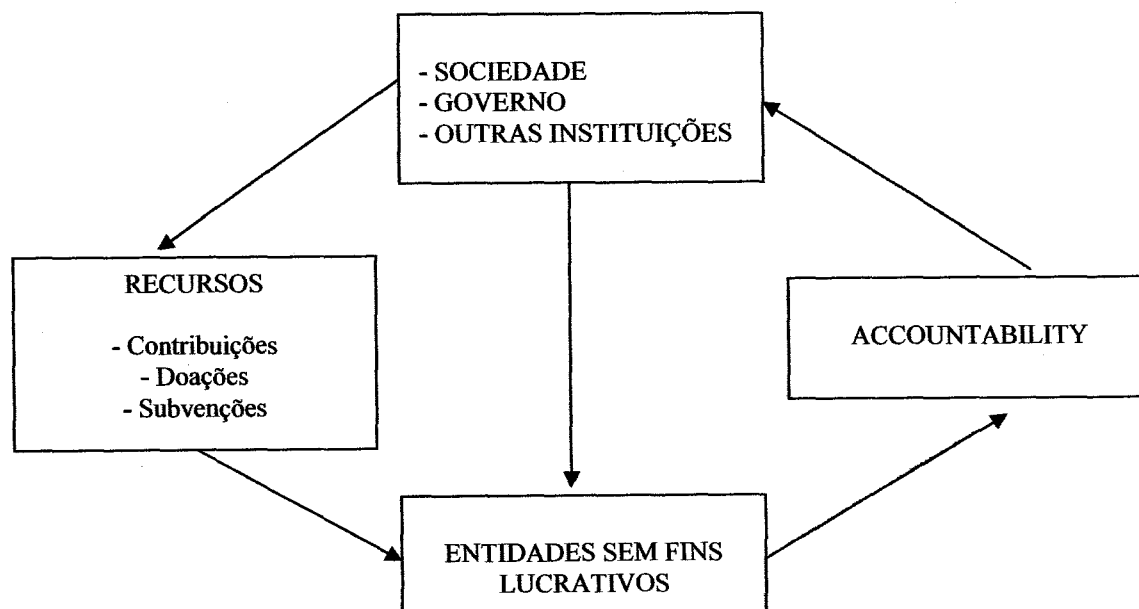
SÁ (1995, p.361) descreve prestação de contas como “apresentação de fatos relativos a um acontecimento central, comprovando-os, historiando-os e preparando-os para receber as classificações e verificações de natureza contábil”.

É importante analisar a qualidade da documentação utilizada na prestação de contas.

A avaliação de desempenho dos gestores deve evidenciar de acordo com os recursos a sua disposição e a competência que lhes foi delegada, como foi executado essas atividades, a fim de atender às expectativas com relação a seu trabalho.

Geralmente na prestação de contas são exigidos dos gestores relatórios de atividades, demonstrações contábeis, informações bancárias, inventário patrimonial, Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, Relação Anual de informações Sócios – RAIS, Parecer do Conselho Fiscal, Parecer e Relatório de Auditoria Independente, Cópia de Contratos e Parcerias.

Visão de “Accountability” nas Entidades Sem Fins Lucrativos



Fonte; Dissertação de Mestrado Paulo Arnaldo Olak (1996, p.100).

2.6.1 MINISTÉRIO PÚBLICO

As associações sujeitam-se a fiscalização do Ministério Público, visto que cabe a este intervir nos casos de abuso da personalidade jurídica. Conforme art. 50 do código civil incumbe, expressamente, ao Ministério Público:

“a) requerer a dissolução de entidade de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, que deixe de desempenhar suas atividades assistenciais, que aplique os recursos recebidos em finalidades diversas das previstas em estatuto ou que fique sem efetiva administração.

b) requerer a cassação de título de utilidade pública Federal.

c) fiscalizar as entidades de atendimento a crianças e adolescentes inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

d) requerer a perda da qualificação das entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil – OSCIPs”.

Cabe então ao Ministério Público fiscalizar as prestação de contas das entidades qualificadas como de interesse social.

2.6.2 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – CNEs

A prestação de contas é devida ao Ministério da Justiça pelas entidades que possuem o título de Utilidade Pública Federal. São obrigadas a apresentar, anualmente, relação circunstanciada dos serviços que houver prestado à coletividade.

Modelo anexo;

2.6.3 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CNAS

A prestação de contas ao CNAS ocorre no momento em que é solicitada a concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. As entidades cujas receitas brutas de cada um dos três exercícios em análise excedam R\$ 1.200.000,00 devem submeter suas contas à auditoria independente. Se ultrapassar R\$ 2.400.000,00, a auditoria deverá ser realizada por auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.6.4 INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS

A entidade que for beneficiada com a isenção da contribuição patronal é obrigada a apresentar, anualmente, até o dia 30 de abril, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior, contendo as informações solicitadas pelo órgão de fiscalização, devendo entretanto descontar e recolher a contribuição devida pelos segurados empregados a seu serviço.

Para ter direito à isenção a entidade deve atender aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- ser reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;
- ser portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos;
- promover a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes;
- não perceberem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruírem vantagens ou benefícios a qualquer título;
- aplicar integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- apresentar anualmente ao INSS, até o dia 30 de abril, relatório circunstanciado de suas atividades;
- estar em dia com o pagamento de suas contribuições sociais.

A isenção deve ser requerida ao INSS, não abrangendo a empresa ou entidade que, tendo personalidade jurídica própria, seja mantida por outra que esteja no exercício da isenção.

Constatado o não cumprimento dos requisitos acima o INSS poderá cancelar a isenção. A fiscalização do INSS poderá ainda representar ao Conselho Nacional de Assistência Social quando verificar que a entidade não está observando as condições necessárias para o fornecimento e manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Modelo em anexo;

Plano de Ação para cada ano e
aprovado pela IN MF/RFB Nº anexo XVI e XVII de 2 de maio de 2007

2.7 ESTRUTURA CONTÁBIL

Sejam as entidades beneficentes, filantrópicas, religiosas, culturais, educacionais ou outras, a contabilidade vem sendo exigida dos organismos governamentais e não governamentais. Principalmente quando estas organizações recebem subvenções, doações ou contribuições governamentais para executar um contrato ou um convênio.

É fundamental neste setor a correta denominação das contas sintéticas e analíticas contábeis, por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC-T e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Na NBC T no grupo 10.19.3 explicita-se a diferença entre a contabilização de uma empresa com finalidade de lucro e uma empresa sem finalidade de lucro, não obedecendo às regras que a lei das sociedades por ações regulamenta. "... a conta Capital de ser substituída por Patrimônio Social, integrando o grupo Patrimônio Social, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício".

Um bom sistema de informação com um plano de contas bem elaborado, demonstra qual o verdadeiro patrimônio destas entidades, bem como a existência de controles gerenciais eficientes, se torna imprescindível para que este setor consiga administrar corretamente suas atividades.

Outro aspecto relevante que deve ser considerado refere-se à importância da utilização de subgrupo auxiliar na contabilização de contratos e convênios relacionados às instituições sem fins lucrativos, para a melhor compreensão gerencial destas entidades.

A Revista de Contabilidade, em artigo publicado sobre a Classificação Contábil dos Convênios no Balanço Patrimonial das Entidades Sem Fins Lucrativos, sugere a criação de grupos de contas de compensação, fora do grupo circulante, e assim consequentemente separa o que representa o circulante do que representa apenas a compensação para cumprimento destes contratos e convênios.

Neste artigo CARDOSO E LIMA (2003, nº 139, p.38) explicam que no ativo compensado “[...] serão lançados os valores a receber, os valores recebidos dos convênios e qualquer outro valor que esteja relacionado com o convênio”.

Para o passivo destas empresas, sugere-se ainda em contrapartida “[...] que o passivo a compensar é uma conta transitória que registra valores de compensação no passivo, tendo como contrapartida uma conta do ativo que, ao final da execução do convênio, deve apresentar saldo zero” (Op. Cit, 2003, nº 139, p.39)

FRANCO (1977, p.242) define as contas de compensação que “as contas debitadas e creditadas não representam bens, nem direitos ou obrigações efetivas, mas apenas indicam fato de ordem jurídica, ou vínculo que poderá ou não transformar em direito ou em obrigações efetiva, dependendo de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. São portanto, contas extra-patrimoniais; o lançamento indica a existência de vínculo jurídico que poderá trazer variação ao patrimônio. Daí o nome de contas de compensação, pois o valor da conta ativa é compensado por igual valor da conta passiva”.

Exemplo de Demonstrativos Contábeis;

2.7.1 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	2007	2006		2007	2006
Circulante			Circulante		
Caixa e bancos	69.960	30.459	Fornecedores	27.927	29.163
Aplicações financeiras	798.808	718.854	Mensalidades escolares antecipadas	133.465	102.586
Mensalidades escolares a receber	275.897	225.282	Obrigações fiscais e sociais	432.747	438.856
Demais créditos a receber	2.671	2.334	Provisão para férias	114.904	102.928
	<u>1.147.336</u>	<u>976.928</u>		<u>709.042</u>	<u>673.532</u>
Realizável a longo prazo			Patrimônio líquido		
Depósitos e cauções	34.840	34.420	Patrimônio social	3.152.215	3.121.210
			Superávit do exercício	213.309	31.006
Permanente				<u>3.365.524</u>	<u>3.152.215</u>
Imobilizado	2.892.391	2.814.399			
	<u>4.074.566</u>	<u>3.825.747</u>		<u>4.074.566</u>	<u>3.825.747</u>

2.7.2 Demonstração de Resultado Superávit em 31 de dezembro

Em reais

	2007	2006
Receitas operacionais	<u>5.716.988</u>	<u>5.346.523</u>
Serviços educacionais	5.598.935	5.224.577
Contribuições e doações	133.932	138.380
Devoluções e abatimentos	(15.879)	(16.433)
Custos e despesas operacionais	<u>(5.599.715)</u>	<u>(5.402.581)</u>
Gratuidades: assistência social	(1.237.975)	(1.226.118)
Gratuidades: assistência educacional	(659.316)	(597.764)
Despesas com pessoal	(2.787.472)	(2.680.607)
Despesas administrativas e gerais	(914.953)	(898.093)
Resultado financeiro	<u>96.036</u>	<u>87.064</u>
Financeiras	(37.956)	(40.685)
(-) Receitas financeiras	133.991	127.748
Superávit do exercício	<u>213.309</u>	<u>31.006</u>

2.7.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2005	3.085.016	116.492	3.201.508
Transferência para o patrimônio social	116.492	(116.492)	
Ajustes de exercícios anteriores			
Provisão para férias	(80.298)		(80.298)
Superávit do exercício		31.006	31.006
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2006	3.121.210	31.006	3.152.215
Transferência para o patrimônio social	31.006	(31.006)	
Superávit do exercício		213.309	213.309
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2007	3.152.215	213.309	3.365.524
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

2.7.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Origens de recursos		
Das operações		
Superávit do exercício	213.309	31.006
Valores que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciações	217.819	252.455
	<hr/>	<hr/>
	431.128	283.461
	<hr/>	<hr/>
Aplicação de recursos		
Ajustes de exercícios anteriores		80.298
Aumento do realizável a longo prazo	420	6.900
Aquisições de imobilizado	295.811	326.534
	<hr/>	<hr/>
	296.230	413.732
	<hr/>	<hr/>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<hr/>	<hr/>
	134.898	(130.272)
	<hr/>	<hr/>
Variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No fim do período	1.147.336	976.928
No início do período	976.928	1.001.119
	<hr/>	<hr/>
	170.408	(24.191)
	<hr/>	<hr/>
Passivo circulante		
No fim do período	709.042	673.532
No início do período	673.532	567.452
	<hr/>	<hr/>
	35.510	106.081
	<hr/>	<hr/>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<hr/>	<hr/>
	134.898	(130.272)
	<hr/>	<hr/>

2.7.5 NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nas notas explicativas de instituições sem fins de lucro as explicações devem sempre evidenciar aspectos que possam trazer dúvidas aos usuários destas informações, e também devem revelar métodos utilizados que modificaram as contas patrimoniais ou as contas de resultado.

As NBC T 10.19.3.3 explicam que as demonstrações contábeis devem evidenciar pelo menos;

- a) O resumo das principais práticas contábeis;
- b) Os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
- c) As contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- d) As subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- e) Os fundos de aplicação restrita e responsabilidades decorrentes desses fundos;
- f) Evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador;
- g) Eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possa vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- h) As taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- i) Informações sobre os tipos de seguro contratados;
- j) As entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação.

As entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar sua receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.

Imunidade, isenção, gratuidade e aplicação de recursos

Em face de seu caráter exclusivamente educacional, beneficente, cultural, filantrópico e assistencial, sem finalidade de lucro, a entidade usufrui de imunidade para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ sobre o lucro, a Contribuição Social sobre o Lucro – CSL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e isenção da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

As gratuidades concedidas por meio das várias obras e projetos de assistência social, nos termos do artigo 3º., inciso VI, do Decreto 2.536/98, estão resumidas a seguir:

	2007	2006
Receitas operacionais, incluindo as financeiras	5.850.979	5.474.271
Gratuidade: assistência social e educacional	1.897.290	1.823.882
(-) bolsas a funcionários		
assistência educacional	(228.278)	(208.278)
assistência social	(235.644)	(258.127)
Gratuidade, excluída a assistência a funcionários	1.433.368	1.357.477
% de gratuidade sobre receitas operacionais	24,50%	24,80%
Benefícios com imunidades e isenções		
Isenção da cota patronal do INSS	597.919	575.535
Imunidade da COFINS (3% menos a incidente sobre receitas financeiras)	172.558	164.228
Imunidade do PIS (0,65% menos o incidente sobre a folha de pagamento)	14.655	13.564
Imunidade do IRPJ (15%)	31.997	4.651
Imunidade da CSL (9%)	19.198	2.791

A aprovação das premissas utilizadas pela administração da entidade está vinculada à prestação futura de contas ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Imobilizado

A entidade não adotou a prática de reconhecer os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis até 31 de dezembro de 1995 e não mantém controle individual dos bens que estão em operação.

	2007		2006		%
	Custo	Depreciaç. acumulada	Líquido	Imobilizado líquido	Taxa anual deprec.
Terrenos	22.981		22.981	1.981	
Edificações	3.285.887	907.736	2.378.151	2.299.550	4
Móveis, utensílios, instalações	932.680	480.078	452.602	475.633	10
Informática	285.144	285.144	0	0	20
Veículos	62.282	60.861	1.421	0	20
Outros bens	37.237		37.237	37.237	
	4.626.210	1.733.819	2.892.391	2.814.399	

2.8 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONFORME LEI 6.404/1976

O artigo 188 da Lei nº 6.404 reconhece os critérios de apresentação e o conteúdo dessa demonstração como segue abaixo;

A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando;

I – as origens dos recursos agrupadas em :

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) Realização de capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) Recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II – as aplicações de recursos, agrupados em :

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo;

III – o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido.

IV – os saldos no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

2.8.1 Exemplo da Estrutura da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos

1 - ORIGENS DE RECURSOS	R\$
Lucro líquido do exercício	80.000,00
(+) depreciação e amortizações, variações monetárias de empréstimos e financiamentos a longo prazo	15.000,00
(-) Participação no lucro da controlada, dividendos recebidos, correção monetária líquida, lucro de venda de imobilizado.	(25.000,00)
Dos Acionistas – Integralização de capital	100.000,00
De terceiros – Ingresso de novos empréstimos, Baixa de bens do imobilizado, venda de investimentos, resgate de investimentos temporários a longo prazo	10.000,00
Total das Origens	180.000,00
2 – APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Aquisição de direitos do Imobilizado, ao custo	19.500,00
Adições ao custo no Ativo Diferido	11.000,00
Integralização de novos investimentos	0,00
Aumento em Empréstimos compulsórios no Realizável a longo prazo	1.000,00
Transferência para o passivo circulante dos empréstimos e financiamentos a longo prazo	5.650,00
Dividendos propostos e pagos	1.000,00
Total das Aplicações	38.150,00
3 – AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>141.850,00</u>

Fonte: FIPECAFI: Manual de Contabilidade por Ações (1995,p.600).

2.9 NBC T 10.19 – ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS

10.19.1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.19.1.1 – Esta norma estabelece critérios e procedimentos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidades de lucros.

10.19.1.2 – Destina-se, também, a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social (Lei Orgânica da Seguridade Social), para emissão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, da competência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

10.19.1.3 – As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

10.19.1.4 – As entidades sem finalidade de lucros exercem atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas, coisas, e interesses coexistentes e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.

10.19.1.5 – Essas entidades são constituídas sob a forma de fundações públicas ou privadas, ou sociedades civis, nas categorias de entidades sindicais, culturais, associações de classe, partidos políticos, ordem dos advogados, conselhos federais, regionais e seccionais de profissões liberais, clubes esportivos não comerciais e outras entidades enquadradas no conceito do item 10.19.1.4.

10.19.1.6 – Aplicam-se à entidades sem finalidade de lucros os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

10.19.1.7 – Por se tratar de entidades sujeitas aos mesmos procedimentos contábeis, devem ser aplicadas, no que couber, as diretrizes da NBC T 10.4 – Fundações e NBC T 10.18 – Entidades Sindicais e Associações de Classe.

10.19.2 – DO REGISTRO CONTÁBIL

10.19.2.1 – As receitas e despesas devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência.

10.19.2.2 – As entidades sem finalidade de lucros devem constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativas de seus prováveis valores de realização, e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

10.19.2.3 – As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizados em contas de receita. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social.

10.19.2.4 – As receitas de doações, subvenções e contribuições para custeio de investimento devem ser registradas mediante documento hábil.

10.19.2.5 – Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, quando identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social, técnico-científica e outras, bem como, comercial, industrial ou de prestação de serviços.

10.19.2.6 – As receitas de doações, subvenções e contribuições recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, devem ser registradas em contas próprias segregadas das demais contas da entidade.

10.19.2.7 – O valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.

10.19.3 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.19.3.1 – As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros são as determinadas pela NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, e a sua divulgação pela NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis.

10.19.3.2 – Na aplicação das normas contábeis, em especial a NBC T 3, a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício.

10.19.3.3 – As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações;

a) o resumo das principais práticas contábeis;

- b) os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
- c) as contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial deve ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- e) os fundos de aplicação restrita e responsabilidades decorrentes desses fundos;
- f) evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador;
- g) eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- i) informações sobre os tipos de seguro contratados;
- j) as entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- k) as entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar, em Notas Explicativas, suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.

2.10 Novas regras contábeis Lei 11.638/2007

Após sete anos de tramitação, o presidente sancionou a nova Lei nº 11.638/2007, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2007, que alterou determinadas práticas contábeis, escrituração estruturação e elaboração das demonstrações contábeis, a partir de 1º de janeiro de 2008.

Diversas alterações significativas ocorreram, dentre as quais :

1. a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR foi extinta, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC e pela inclusão da Demonstração do Valor Adicionado - DVA no conjunto das demonstrações contábeis;
2. a Demonstração dos Fluxos de Caixa não é obrigatória às pessoas jurídicas com patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
3. o Ativo Permanente agora possui um novo grupo chamado Intangível, além dos já existentes, Investimentos, Imobilizado e Diferido;

4. o Ativo Diferido ficou restrito às contas de despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação;
5. no Ativo Intangível tornou-se necessário segregar os bens incorpóreos, inclusive o ágio adquirido;
6. o Ativo Imobilizado deve incluir os ativos decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle dos desses bens, independente de ter ocorrido ou não a transferência da propriedade;
7. definidos os conceitos de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
8. extinta a conta Reserva de Reavaliação, que deu lugar a conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, com características diferentes;
9. tornou-se obrigatória a análise periódica do grau de recuperação dos valores registrados nos Ativos Imobilizado, Intangível e Diferido;
10. nas operações de incorporação, fusão ou cisão, quando forem realizadas entre partes não-relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado;
11. eliminou-se a possibilidade de efetuar reavaliações espontâneas do Ativo Imobilizado. A nova lei deu opção às entidades para manter os saldos existentes dessa reserva, que deverão ser realizados de acordo com as regras atuais ou de estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008;
12. o registro contábil de remuneração de empregados e administradores, mesmo quando efetuada de forma de instrumentos financeiros, tais como ações ou opções de compra de ações, tornou-se obrigatório;
13. o Patrimônio Líquido será composto pelas seguintes contas: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados, ou seja, a conta Lucros e Prejuízos Acumulados deixou de existir, dando lugar à conta Prejuízos Acumulados. O resultado positivo pode ser controlado nas contas de reservas de lucros ou destinado de acordo com a determinação social.

Além das alterações acima mencionadas, a nova lei trouxe modificações nos critérios de avaliação dos ativos e passivos, a fim de contemplar os novos grupos de contas, bem como outras especificações.

2.11 DECRETO Nº 6.308, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007

Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 9º da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

DECRETA:

Art. 1o As entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo, de acordo com as disposições da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Parágrafo único. São características essenciais das entidades e organizações de assistência social:

I - realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, na forma deste Decreto;

II - garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; e

III - ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

Art. 2o As entidades e organizações de assistência social podem ser, isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei no 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 daquela Lei;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público a política de assistência social, nos termos da Lei no 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 daquela Lei; e

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei no 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 daquela Lei.

Art. 3o As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9o da Lei no 8.742, de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 1o Na hipótese de atuação em mais de um Município ou Estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos

e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo Município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 2o Na inexistência de Conselho Municipal de Assistência Social, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever-se nos respectivos Conselhos Estaduais.

Art. 4o Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede sócio assistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social - SUAS as entidades e organizações inscritas de acordo com o art. 3o.

Art. 5o As entidades e organizações de assistência social terão prazo de doze meses, a contar da data de publicação deste Decreto, para requerer a inscrição de seus serviços, programas, projetos e benefícios nos Conselhos Municipais de Assistência Social ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal para fins de cumprimento do previsto no § 1o do art. 3o.

Art. 6o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 14 de dezembro de 2007; 186o da Independência e 119 o da República. LUIZ INÁCIO LULA

O Serviço Público Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Conselho Nacional de Assistência Social através da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 no art 18 de acordo com decreto 2.536 de 7 de abril de 1998 certifica as entidades beneficentes de assistência social.

E a Lei 8.050 de 13 de novembro de 1992 da Prefeitura Municipal de Curitiba.

3. CONCLUSÃO

Neste trabalho foram utilizados referenciais que serviram como base teórica para o aprofundamento da questão da contabilização de entidades que possuem Filantropia. Todos os artigos relacionados a este assunto, foram de imensa importância para consolidar as questões propostas nesta monografia.

A contabilidade é uma ciência que deve evidenciar os verdadeiros fatos contábeis que ocorrem comumente nas empresas, por isso é tão importante se adequar à realidade das necessidades de cada empresa, visando a melhor integração dos sistemas geradores das informações. Em função de essas entidades possuírem características distintas das pessoas jurídicas do segmento empresarial, as práticas contábeis a elas aplicáveis devem conter as informações inerentes ao modelo de gestão por ela adotado.

Com o tempo cada vez mais escasso é fundamental que os profissionais ligados à área contábil, elaborem sistemas de informações adequados à necessidade que cada uma das entidades apresenta, e gerem estas informações, principalmente gerenciais, no menor espaço de tempo possível, agilizando deste modo à correta tomada de decisão.

Cabe a nós profissionais, procurarmos prestar as melhores informações às empresas que administramos. Muitas vezes, por motivos de legislação, padrões pré-estabelecidos ou por falta de tempo deixamos de evidenciar as informações, trazendo aos usuários meramente dados contábeis, que geralmente não poderão gerar a informação mais precisa.

4. BIBLIOGRAFIA

ANAMEC – Associação Nacional de Mantenedora de Escolas Católicas do Brasil – Prestação de Contas das Entidades Beneficentes.

Lei 1959 – Permanência do Certificado de Filantropia.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. Brasília: CFC,2003

Decreto 50.517/1961 – anexo II – Normas e orientações nas Prestações de Contas ao Ministério da Justiça.

CALDERELLI, Antonio. Enciclopédia Contábil e Comercial Brasileira. São Paulo:CETEC, 1997

REP – ano 21 – nº245 de janeiro 2008.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de Organização sem fins Lucrativos. São Paulo: Pioneira, 1994.

DECRETO No- 6.308, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – USP. Manual de Contabilidade: Das sociedades por ações. São Paulo: Atlas, 1995.

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. São Paulo : Atlas, 1977.

KLOTTER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1993.

NAKAGAWA, Masayuki. Introdução a Controladoria: Conceitos, Sistemas, Implantação. São Paulo : Atlas, 1993.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Conselho Nacional de Assistência Social através da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 no art 18 de acordo com decreto 2.536 de 7 de abril de 1998 certifica as entidades beneficentes de assistência social .

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE TÉCNICA

OLAK, Paulo Arnaldo. Contabilidade De Entidades Sem Fins Lucrativos Não Governamentais, São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado – USP)

OLIVEIRA, Djalma De Pinhoi Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. São Paulo : Atlas, 1986

SÁ, Antonio Lopes de & ANJA, M.Lopes de Sá. Dicionário de Contabilidade, São Paulo : Atlas, 1995.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. Entidades sem fins Lucrativo, Curitiba : Editora Juruá, 2003.

Lei 8.050 de 13 de novembro de 1992 da Prefeitura Municipal de Curitiba.

LEI DA SOCIEDADE POR AÇÕES – lei nº 6.404/1976 e 11.638/2007.

LEI DO TERCEIRO SETOR - lei nº 9.790/1999.

LEI DO CÓDIGO CIVIL – lei nº 10.406/2002.

Para que *todas as filiais sejam cadastradas a entidade poderá inserir novos quadros, copiando e colando as informações solicitadas.*

B. Tipo de estabelecimento

A sede da entidade é:

Alugada Própria Cedida Comodato outros

C. DOCUMENTO LEGAL DE REGISTRO

Informe os dados relativos ao PRIMEIRO registro legal da Entidade. A data será utilizada para saber quando a Entidade foi formalmente constituída e qual sua idade.

Número do Registro no livro:
Número:
Cartório:
Município/ UF:
Data do Registro:

D. Composição da ATUAL DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Presidente ou Representante legal da entidade:		
Cargo:	Profissão:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
<p>É funcionário público? Sim () Não ()</p> <p>Exerce na entidade alguma outra função pela qual recebe remuneração? Sim () Não () Se sim, qual a função exercida? Médico () Professor () Outros () Qual: _____</p>		

Relacione os demais diretores da Entidade.

Nome do Diretor:		
Cargo:		Profissão:
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
É funcionário público? Sim () Não ()		
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim () Não () Se sim, qual a função exercida? Médico () Professor () Outros () Qual: _____		
Nome do Diretor:		
Cargo:		Profissão:
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
É funcionário público? Sim () Não ()		
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim () Não () Se sim, qual a função exercida? Médico () Professor () Outros () Qual: _____		
Nome do Diretor:		
Cargo:		Profissão:
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
É funcionário público? Sim () Não ()		
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Sim () Não () Se sim, qual a função exercida? Médico () Professor () Outros () Qual: _____		

Para que todos os diretores sejam cadastrados a entidade poderá inserir novos quadros, copiando e colando as informações solicitadas.

Mandato da atual diretoria:

Início:	Término:
----------------	-----------------

E. Alterações estatutárias no exercício anterior

Informe os dados relativos a eventuais alterações estatutárias da Entidade ocorridas no último exercício:

Cartório:	Data do Registro:
Município/ UF:	
Finalidade da alteração:	
Cartório:	Data do Registro:
Município/ UF:	
Finalidade da alteração:	
Cartório:	Data do Registro:
Município/ UF:	
Finalidade da alteração:	

Para informar todas as alterações a entidade poderá inserir novos quadros, copiando e colando as informações solicitadas.

F- RECURSOS HUMANOS

Informar a quantidade de pessoas que colaboram com a entidade:

Colaboradores	Quantidade
Funcionários	
Estagiários remunerados	
Total de pessoal ocupado assalariado	
Voluntários permanentes	
Voluntários eventuais	
Estagiários não remunerados	
Total de pessoal ocupado não remunerado	
Nº de trabalhadores autônomos que prestaram serviços no exercício anterior	
Quantidade de diretores remunerados	

Responsável para contato com a Entidade ou unidade

Indique uma pessoa que conheça detalhadamente a Entidade e que seja de fácil contato para o público em geral:

Nome:	
Cargo:	
DDD/ Telefone:	E-mail:

OBSERVAÇÃO:

- a) Para o requerimento do título de Utilidade Pública Federal a entidade deverá demonstrar os serviços desenvolvidos e o demonstrativo contábil dos três anos anteriores à formulação do pedido. Sendo assim, a entidade que requer o título deverá preencher os itens de atividades e serviços (itens H a J) e o Demonstrativo contábil (item K) para cada um daqueles exercícios, indicando o ano de referência das atividades relatadas. Por exemplo, a entidade que formular o pedido em 2008 deverá apresentar as informações solicitadas referente aos anos 2005; 2006 e 2007, separadamente.
- b) A entidade que estiver apresentando a documentação para renovação do título deverá preencher os itens H ao K apenas do ano em que estiver Prestando Contas.

INDIQUE O ANO QUE CORRESPONDE AS ATIVIDADES ABAIXO:**G. ATIVIDADES****1) Apresentação**

O espaço abaixo é destinado para a entidade apresentar de forma sucinta algumas características e especificidades do seu trabalho que considere relevante. Poderá ser destacado, por exemplo: perfil da entidade (suas motivações; sua história; missão; etc); caracterização da comunidade e do público alvo (demandas e necessidades ; características da área); justificativa para as ações realizadas; recursos da entidade para realizar suas atividades (infra-estrutura; recursos materiais; equipe profissional); forma de organização; etc.

Não há limites para quantidade de informações relatadas, podendo ser ampliado o quadro de Apresentação.

2) Detalhamento das atividades/ serviços e projetos desenvolvidos

No quadro de detalhamento das atividades a entidade poderá fornecer informações sobre todas as atividades, serviços e/ ou projetos prestados durante o ano, **sendo permitida a inclusão de novos quadros para inserir quantas atividades desejar**. O preenchimento do quadro deve ser realizado articulando a descrição da atividade (conteúdo), o objetivo pretendido com a realização da atividade, público alvo atendido pela atividade, a quantidade de beneficiários atendidos (nº total; nº de atendidos de forma gratuita; nº de atendidos de forma parcialmente gratuita; porcentagem da gratuidade parcial e nº de atendidos de forma não gratuita), o período de realização da atividade durante o ano e os resultados obtidos com a atividade.

Ao final do relatório é reservado um espaço para acrescentar informações adicionais, não contempladas neste quadro de detalhamento.

ATIVIDADE (serviço ou projeto) 1:

Descrição (Informar, uma a uma, as atividades/ serviços ou o nome do projeto desenvolvido pela entidade, detalhando o conteúdo desses):
Objetivo (Informar o objetivo que se pretendeu alcançar com a realização da atividade, serviço ou projeto citado acima):
Público Alvo (Informar qual é o público ao qual se destina a atividade, serviço ou projeto citado):
Período de realização (Informar o período em que a atividade foi realizada (início e fim; carga horária; periodicidade; etc):
Resultados obtidos (Informar os resultados obtidos com o desenvolvimento da atividade. Os resultados podem ser detalhados de forma quantitativa e/ ou qualitativa, descrevendo os benefícios sociais alcançados com a atividade, serviço ou projeto citado):
Nº total de beneficiários atendidos (Informar a quantidade de pessoas beneficiadas com a atividade, serviço ou projeto citado):
Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita (Informar quantas pessoas são atendidas de forma inteiramente gratuitas):
Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita (Informar quantas pessoas são atendidas de forma parcialmente gratuita, como as que recebem bolsas de estudo parciais, os pacientes atendidos pelo SUS, beneficiários que contribuem parcialmente com os custos do serviço, etc):
Percentual da gratuidade parcial (Informar de quanto é a porcentagem da contribuição dos beneficiários com gratuidade parcial):
Nº de beneficiários atendidos de forma não gratuita (Informar o número de beneficiários que contribuem integralmente com os custos do serviço prestado pela entidade):

Cadastre cada atividade, serviço ou projeto realizado em um quadro separado, copiando e colando os quadros para inserir todas as atividades desenvolvidas. Ao descrever a atividade, projeto ou serviço, não há limites para quantidade de informações relatadas, podendo ser ampliado o quadro de detalhamento.

3) Considerando as atividades detalhadas acima, informe o público alvo principal (mais representativo), dentre as opções abaixo, em relação aos beneficiários das atividades. A entidade poderá selecionar até três opções de Público Alvo, que considere mais representativos dos beneficiários das principais atividades que realiza. Para isso, os campos selecionados devem ser preenchidos com os algarismos 1, 2 e 3, de acordo com a ordem de prioridade do público alvo.

- Crianças e Adolescentes;
- Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual;
- Idosos;
- Mulheres;
- Associações;
- Pequenos produtores;
- Portadores de Deficiência;
- Negros/ Quilombolas;
- Indígenas;
- Estudantes;
- Adolescentes em conflito com a lei;
- Indivíduos apenados e/ ou egressos do sistema penitenciário;
- Indivíduos em situação de rua (moradores de rua);
- Migrantes/ Imigrantes;
- Família;
- Usuários de substâncias psicoativas.
- Comunidades locais
- Comunidade científica
- Autoridades locais
- Lideranças comunitárias
- Moradores de áreas de ocupação
- Outras ongs;
- Organizações/ movimentos populares
- Outros (caso a entidade atenda a algum público não especificado anteriormente, deverá clicar nessa opção e especificar o público atendido) Qual (is) : _____

4) Informe a origem da principal fonte de recursos que custeiam as atividades, serviços e projetos realizados, marcando na opção correspondente (se a entidade recebe recursos de mais de uma fonte, informe os percentuais recebidos de cada fonte):

- Própria** (recursos decorrentes da prestação de serviços da entidade) _____ %
- Própria** (recursos decorrentes de mensalidades/ doações dos membros) _____ %
- Privada** (recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas) _____ %
- Privada** (recursos de doações eventuais) _____ %
- Pública** (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas) _____ %
- Internacional Privada** (recursos de entidades e organizações internacionais) _____ %
- Internacional Pública** (recursos de Países estrangeiros, ONU, etc.) _____ %

5) Preencha os campos abaixo com informações relativas a área de abrangência das atividades, serviços e projetos desenvolvidos, considerando a localização do conjunto de pessoas que usufrui os serviços prestados pela entidade. Especifique a área de abrangência no espaço correspondente a opção escolhida:

Área Geográfica de abrangência do projeto:

() **Bairro** (Se o conjunto de pessoas que usufrui das atividades, serviços e projetos desenvolvidos está todo localizado em âmbito local - Bairro).

Especifique o Bairro atendido pela entidade e o Município e o Estado onde se localiza o bairro:

Bairro: _____

Município: _____

Estado: _____

() **Município** (Se o conjunto de pessoas que usufrui as atividades, serviços e projetos desenvolvidos está localizado em âmbito municipal.)

Especifique o Município atendido pela entidade e o Estado onde se localiza o Município:

Município: _____

Estado: _____

() **Estado** (Se o conjunto de pessoas que usufrui as atividades, serviços e projetos desenvolvidos está localizado em âmbito estadual)

Especifique o Estado atendido pela entidade:

Estado: _____

() **Nacional** (Se o conjunto de pessoas que usufrui as atividades, serviços e projetos desenvolvidos está distribuído em âmbito nacional - diferentes regiões e/ ou Estados do território brasileiro)

Especifique os Estados ou as Regiões atendidas pela entidade:

Regiões e/ ou Estados atendidos: _____

() **Internacional** (Se a atuação da entidade alcança outros países)

Especifique os países atendidos pela entidade:

País (es): _____

6) Informe qual a zona de operação de abrangência das atividades, serviços e projetos desenvolvidos:

() **Rural**

() **Urbana**

() **Ambas (rural e urbana)**

7) Outras informações:

O quadro abaixo é destinado para informações adicionais que a entidade tenha interesse em divulgar. Permite que a entidade relate informações não contempladas nos itens preenchidos, como: avaliação da equipe da entidade sobre o trabalho realizado; avaliação do público alvo sobre os benefícios recebidos; metodologias de intervenção; estratégias originais para enfrentar as dificuldades; impacto social da atuação; experiências inovadoras; resultados alcançados; etc.

Não há limites para quantidade de informações relatadas, podendo ser ampliado o quadro.

H. PARCERIAS E SUBVENÇÕES PÚBLICAS

As parcerias públicas da entidade referem-se a todos os recursos recebidos para a realização de atividades de interesse público.

Cadastre cada parceria em um quadro separado, copiando e colando os quadros para inserir mais uma parceria.

- Informações sobre o órgão ou entidade parceira

8) Preencha os campos abaixo com os dados relativos aos órgãos ou entidades da Administração Pública das quais a instituição recebe repasse de recursos ou subvenções.

Nome do órgão ou entidade parceira		
Classificação do órgão na estrutura administrativa	Posição do órgão na estrutura federativa.	Origem dos recursos repassados
() Poder Executivo	() Federal	() Federal
() Poder Legislativo	() Estadual	() Estadual
() Poder Judiciário	() Municipal	() Municipal
() Ministério Público		
() Autarquias ou Fundações públicas		
() Empresas públicas		
() Sociedade de Economia Mista		

- Informações sobre a parceria

9) Nesse campo, a entidade deve informar de que forma se deu a parceria com o órgão acima descrito.

Cada registro admite apenas um instrumento de parceria. Caso a entidade tenha firmado mais de uma parceria com o mesmo órgão, deve preencher um registro para cada uma delas, copiando e colando o quadro de informações.

Natureza do instrumento de parceria	
() Contrato Administrativo (precedido de procedimento licitatório ou de dispensa de licitação)	
() Convênio	
() Termo de Parceria	
() Contrato de Gestão	
() Outro (especificar): _____	
Data de publicação na imprensa oficial	
Total de recursos financeiros previstos	Recursos financeiros já repassados
Atividades executadas mediante utilização de recursos públicos (relacionada com a parceria descrita).	
Nº de beneficiários	
Previsão de início das atividades	Previsão de término das atividades

I. QUESTIONÁRIO DE INSERÇÃO SOCIAL DA ENTIDADE

10) Responda o questionário abaixo com informações sobre a inserção social da entidade:

Levando em consideração a relação de representatividade da entidade com o público beneficiário de suas atividades, serviços e projetos, responda os seguintes itens:

Para estabelecer os tipos de atividades e serviços prestados pela entidade foram realizados estudos e pesquisas, para levantar demandas e necessidades do público alvo e caracterizar o perfil dos beneficiários?

Sim ()

Não ()

A entidade criou espaços para que o público alvo participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades e serviços oferecidos?

Sim ()

Não ()

Se sim, descreva como se deu a participação dos beneficiários:

A entidade permitiu a participação do público alvo na definição e controle dos custos/ orçamentos destinados para as atividades e serviços prestados?

Sim ()

Não ()

A entidade fez parcerias ou articulou redes com instâncias/ instituições da comunidade em que atua, para ampliar o atendimento ao público alvo?

Sim ()

Não ()

Se sim, descreva as parcerias e/ ou redes articuladas:

A entidade realizou ações para dar visibilidade/ denunciar os fenômenos relacionados ao público ao qual dirige suas atividades, contribuindo para mobilização e organização do público alvo (campanhas, conferências, capacitação de lideranças, promove a conscientização acerca dos direitos e leis, etc)?

Sim ()

Não ()

Se sim, descreva as ações realizadas:

O contato e a experiência na realização de atividades com o público alvo foram aproveitados, pela entidade, para realização e divulgação de pesquisas?

Sim ()

Não ()

Se sim, relate as pesquisas e publicações realizadas pela entidade:

A entidade promoveu a capacitação dos profissionais em relação à temática com a qual atuou?

Sim ()

Não ()

Se sim, como se deu essa capacitação?

Avaliação

A entidade estabeleceu mecanismos de avaliação dos serviços e atividades prestados?	
Sim ()	
Não ()	
Se sim, qual mecanismo utilizado (questionário, pesquisa, etc)? Comente os resultados da avaliação.	
Se sim, quem participou das avaliações:	
() comunidade	() outras organizações
() público alvo/ beneficiário	() parceiro
() equipe executora	() outros: _____

Em relação a contribuição da entidade para a ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania preencha os seguintes itens:

A entidade participou de espaços de controle social (conselhos, foruns, etc) ?	
Sim ()	
Não ()	
Se sim, quais? Relate de forma sucinta a participação da entidade nos espaços que participou (impactos e resultados para o processo de formulação de políticas públicas, etc).	
A entidade desenvolve alguma ação de valorização da diversidade (negros (as); gênero; opção sexual; portadores de necessidades especiais) entre beneficiários e/ ou colaboradores da entidade?	
Sim ()	
Não ()	
Se sim, descreva as ações realizadas.	

Em relação aos beneficiários das atividades:

As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem a população de baixa renda (renda mensal <i>per capita</i> de até meio salário mínimo)?	
Sim ()	
Não ()	
As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas; exclusão pela pobreza e/ ou acesso às demais políticas públicas; vítimas de violência; etc)?	
Sim ()	
Não ()	
Para realização da Prestação de Contas Anual, caso a entidade tenha recebido recursos públicos federais neste exercício, deverá comprovar que publicou seu demonstrativo de receitas e despesas, como exigido pelo art. 2º, alínea "g", do Decreto 50.517/61, informando:	
Nome do jornal ou periódico: _____	
Número: _____ Data de publicação: _____	
Obs: Caso se faça necessário, o Ministério da Justiça poderá requisitar cópia ou exemplar desta publicação.	

J. DEMONSTRATIVO CONTÁBIL

RECEITA ANUAL (EM R\$)

-] Acima de 5 milhões (especificar): _____
-] Acima de 2,5 milhões até 5 milhões
-] Acima de 1 milhão até 2,5 milhões
-] Acima de 500 mil até 1 milhão
-] Acima de 250 mil até 500 mil
-] Acima de 100 mil até 250 mil
-] Acima de 50 mil até 100 mil
-] Acima de 25 mil até 50 mil
-] Acima de 10 mil até 25 mil
-] Acima de 5 mil até 10 mil
-] Até 5 mil

Observação: O Plano de Contas apresentado abaixo procura abranger as diferentes áreas de atuação de cada uma das Entidades. Desta maneira procure informar os dados da entidade utilizando a conta que melhor se ajuste à sua realidade, a seus objetivos sociais e a seu plano de contas.

- As contas que não se aplicam à entidade favor informar como valor zero;
- Orientamos que o preenchimento seja feito com auxílio de um contador;

ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE			
Disponível		Fornecedores			
Contas Vinculadas		Obrigações trabalhistas			
Convênios, Acordos e Ajustes		Obrigações Sociais			
Valores a receber de terceiros		Prestadores de Serviços			
Adiantamento a empregados		Aluguéis a Pagar			
Outras contas e títulos a receber		Adiantamento de clientes			
(-) Provisão para devedores duvidosos		Empréstimos e financiamentos a pagar CP			
Estoques		Obrigações fiscais exceto IRenda e CSLL			
Despesas antecipadas		Convênios Públicos (Saldo)			
Outras Contas do Ativo Circulante		Adiantamento de Projetos			
<i>ativo realizável a longo prazo</i>		Subvenções Públicas (Saldo)			
Valores a receber a longo prazo		Recursos de Leis de Incentivo Fiscal			
ATIVO PERMANENTE		(-) Rec. Leis de Incentivo Fiscal utilizados			
Investimentos		Provisão para IRenda e CSLL			
Imobilizado		Sentenças judiciais trabalhistas a pagar			
(-) Depreciação / amortização acumulada		Sentenças judiciais a pagar – exceto trabalhista			
Diferido		Outros Passivos Circulantes			
Outros Ativos Permanentes		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
/		Empréstimos e financiamentos a pagar a longo prazo			
		Contas a pagar			
		Alugueis antecipados			
		Outros passivos exigíveis a longo prazo			
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS			
		Resultados de exercícios futuros			
		PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO			
		Patrimônio Social (Fundo Patrimonial)			
		Doações patrimoniais			
		Reservas constituídas			
Superávits / Déficits acumulados					
Superávits / Déficits do exercício					
Outras Contas do Patrimônio Social					
TOTAL		TOTAL			

Razão Social: CNPJ Nº DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO EXERCÍCIO

RECEITAS OPERACIONAIS		DESPESAS COM PESSOAL	
Prest. de serviços (Exceto Saúde/Educ)		Salários de Funcionários(c/vínculo empreg.)	
Recursos - subvenções públicas		Encargos Sociais com Pessoal	
Recursos - contribuições públicas		Despesas Diversas com Pessoal	
Recursos - convênios públicos		Remuneração de Dirigentes	
Recursos - auxílios públicos		Encargos Sociais com dirigentes	
Recursos - Termo de Parceria		Outros Encargos Sociais Compulsórios	
Doações e contribuições para custeio		Outras despesas com Pessoal	
Receita de convênios de saúde privados		SERVIÇOS CONTRATADOS	
Prest. Serv. de saúde não-conveniados		Recursos Humanos Externos – Pessoa Física	
SUS – Sistema Único de Saúde		Recursos Humanos Externos – PJ	
Inscrições de cursos e vestibulares		INSS sobre serviços prestados por terceiros	
Serviços Educacionais		Outras despesas com serviços contratados	
Taxa, mensalidades e contribuições		CUSTOS DE PROJETOS	
Contrib. de empresas mantenedoras		Custos de Projetos	
Doações, Campanhas e patrocínios		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
Recursos Internacionais		Águas, gás e energia elétrica	
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		Aluguéis pagos	
(-) Bolsas de estudo concedidas		Despesas com veículos	
(-) Atendimento gratuito		Diárias e viagens	
(-) Descontos Comerciais Concedidos		Hospedagem	
(-) PIS sobre receitas		Passagens aéreas/rodoviárias	
(-) COFINS sobre receitas		Material de Consumo/Escritório/Expediente	
(-) ICMS sobre vendas		Telefone, Fax e outras desp. c/comunicações	
(-) ISS sobre serviços		Publicações Técnicas	
(-) Vendas Canceladas		Serviços Técnicos e Especializados	
(-) Outras deduções		Despesas com Informática	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		Prêmios de seguros contratados	
Outras receitas operacionais		Despesas com atividades sociais e culturais	
RECEITAS FINANCEIRAS PATRIMONIAIS		Outras despesas administrativas	
Descontos Obtidos		DESPESAS COM BOLSAS DE ESTUDO A TERCEIROS	
Renda de aluguéis e arrendamentos		Ensino Fundamental	
Rendimentos de Títulos e Aplicações no Mercado Financeiro		Estagiários	
(-) Impostos s/aplicações financeiras		Curso Superior	
Outras Receitas Financeiras		Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados	

RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS		Outras Despesas com Bolsas de Estudo			
Venda de Ativo Permanente		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB(não-lanç. em Receitas)			
Doações receb. em bens ou mercad.		Impostos federais			
Outras Receitas Não-Operacionais		Impostos estaduais			
OUTRAS RECEITAS		Impostos municipais			
Outras receitas não classificadas ant.		CMPF			
		COFINS			
		IOF			
		Outros tributos, taxas e contribuições			
		DESPESAS FILANTRÓPICAS			
		Doação de Alimentos			
		Doação de Roupas e Agasalhos			
		Doação de Medicamentos			
		Outras despesas filantrópicas			
		DESPESAS FINANCEIRAS			
		Descontos concedidos			
		Despesas Bancárias			
		Outras despesas financeiras			
		DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E LEASING			
		Despesas com Depreciação			
		Despesas com Amortização			
		Despesas com Leasing			
		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
		(-) Recuperação de despesas			
		Outras despesas operacionais			
		DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS			
Custo de ativo permanente vendido					
Custo de ativo permanente baixado					
Outras despesas não-operacionais					
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES					
Participações e Contribuições					
OUTRAS DESPESAS E CUSTOS					
Outras despesas não anteriormente					
PROVISÕES CONSTITUÍDAS					
Provisão para Imposto de Renda e CSLL					
Outras provisões constituídas					
TOTAL DE RECEITAS		TOTAL DE DESPESAS			

INFORME O VALOR DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO

() SUPERÁVIT () DÉFICIT R\$ _____

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/.....

I – CONTEXTO OPERACIONAL:**NOTA 01**

A entidade deve informar os objetivos constantes de seu estatuto.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:**NOTA 02**

A entidade deve informar se as Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404/76 e Resolução CFC nº 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19.

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**NOTA 03**

Informar o regime contábil adotado (competência ou caixa).

NOTA 04

Informar como estão demonstradas as aplicações financeiras.

NOTA 05

Informar quais os critérios utilizados para apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos.

NOTA 06 (se for o caso)

Informar o(s) valor(res) da(s) doação(ões) recebida(s) de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas:

a) Pessoa Física: R\$ _____ b) Pessoa Jurídica: R\$ _____

NOTA 07 (se for o caso)

Informar o valor dos auxílios e subvenções recebidos do Poder Público.

a) R\$ _____ b) R\$ _____

NOTA 08

Informar se os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 09

Informar em que contas são registradas as gratuidades oferecidas que deverão estar respaldadas em documentação hábil e respectivas planilhas de apuração. As entidades mistas (Assistência Social, Educação e/ou Saúde) deverão informar de maneira segregada as gratuidades concedidas por área de atuação.

NOTA 10

Informar o(s) valor(es) da(s) gratuidade(s) concedida(s):

a) R\$ _____ b) R\$ _____ c) R\$ _____

NOTA 11 (se for o caso)

Informar o(s) valor(es) da(s) isenção(ões) usufruída(s), da seguinte forma:

a) Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros.....R\$ _____

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social(COFINS).....R\$ _____

c) Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL).....R\$ _____

TOTAL.....R\$ _____

(Assinatura do Dirigente da Entidade)

(Assinatura e Carimbo do Contador)

INDICAR O CONTABILISTA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Nome do contabilista responsável:		
Nº do registro no CRC:	UF:	CPF nº
Telefone para contato ()		e-mail:

Assinatura e carimbo do Contador

K. AVALIAÇÃO DO MODELO DE RELATÓRIO

Manifeste sua opinião sobre este modelo de relatório para que possamos aprimorá-lo:

<p>Na sua opinião, este formulário modelo de Relatório Circunstanciado facilita a elaboração dos relatórios de serviços? Sim () Não ()</p> <p>Tem alguma sugestão para que ele alcance esse objetivo?</p>
<p>Os espaços destinados para descrição das atividades realizadas permitem relatar todo o trabalho desenvolvido? Sim () Não ()</p> <p>Tem alguma sugestão para que ele alcance esse objetivo?</p>
<p>O preenchimento deste relatório proporcionou um momento de reflexão da entidade em relação às ações desenvolvidas e aos resultados obtidos? Sim () Não ()</p> <p>Tem alguma sugestão para que ele alcance esse objetivo?</p>
<p>Você tem alguma sugestão para simplificar e/ ou aprimorar este modelo?</p>

Assinatura do Representante Legal da Entidade
(favor rubricar todas as folhas)

ITEM	DOCUMENTOS PARA FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES
1	Ficha de Cadastramento de Entidade
2	Requerimento dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicitando a declaração federal de utilidade pública (anexo I) original;
3	Estatuto (cópia autenticada); se a entidade for fundação, observar os arts. 62 a 69 do Código Civil c/c os artigos 1.199 a 1.204 do CPC; com destaque onde consta a cláusula que a instituição não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos, e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;
4	Certidão de Breve Relato dos atos constitutivos, obtida no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, em que conste, resumidamente, o teor das alterações averbadas;
5	Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas);
6	Atestado de autoridade local (Prefeito, Juiz de Direito, Delegado de Polícia...) informando que a instituição esteve, e está, em efetivo e contínuo funcionamento nos 3 (três) últimos anos , com exata observância dos princípios estatutários. Modelo do Atestado *;
7	Ata da eleição de todos os membros da diretoria atual, registrada em cartório e autenticada;
8	Qualificação completa dos membros da diretoria atual e atestado de idoneidade moral, expedido por autoridade local (se de próprio punho, deverá ser sob as penas da lei) Modelo de declaração *
9	Declaração da requerente de que se obriga a publicar, anualmente, o demonstrativo de receitas e despesas realizadas no período anterior, quando subvencionada pela União (original)
10	Relatórios Circunstanciados dos serviços desenvolvidos nos três anos anteriores à formulação do pedido, acompanhado dos demonstrativos contábeis daqueles exercícios (art.2º, e, decreto 50.517/01). (ver Manual para Demonstrações Contábeis)

OBS:

O mesmo atestado vale para o item 6 e 8 *cópia simples, sem autenticação, não tem valor como documento.* As Fundações devem apresentar obrigatoriamente, além dos documentos listados, o seguinte:

- Escritura pública de instituição da Fundação, cópia autenticada;
- Aprovação do estatuto pela Curadoria de Fundações - Ministério Público, cópia autenticada.
- Aprovação dos demonstrativos financeiros dos 3 (três) últimos anos pela Curadoria de Fundações – Ministério Público, cópia autenticada.

Nos casos em que as cláusulas de não remuneração e de não distribuição de lucros não constem expressamente no estatuto da entidade há no mínimo 3 (três) anos, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Declaração de próprio punho de todos os dirigentes da entidade de que, nos últimos três anos, não foram e não são remunerados por qualquer forma. E que a entidade não distribuiu lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto, no mesmo período;
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) dos últimos três anos.

PLANO DE AÇÃO PARA O ANO DE XXXX

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 – PROMOÇÃO SOCIAL E BENEFICENTE

PROGRAMAS	1 <u>PÚBLICO ALVO</u>	AÇÕES

2 – ASSISTÊNCIA, AMPARO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

PROGRAMAS	2 <u>PÚBLICO ALVO</u>	AÇÕES

3 – SERVIÇOS DE PROMOÇÃO CULTURAL

PROGRAMAS	3 <u>PÚBLICO ALVO</u>	AÇÕES

4 – BENEFICÊNCIA NA ATIVIDADE EDUCACIONAL

PROGRAMAS	4 <u>PÚBLICO ALVO</u>	AÇÕES

5.3 ANEXO III :

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA ENTIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Entidade:		CNPJ:
Endereço:		
Telefone: ()	E-mail:	
Município:	UF:	CEP:

2. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome:	CPF:	RG:
Endereço:		Telefone:
Município:	UF:	CEP:
Cargo:	Início de Atuação:	Término de Atuação:

Nome:	CPF:	RG:
Endereço:		Telefone:
Município:	UF:	CEP:
Cargo:	Início de Atuação:	Término de Atuação:

Nome:	CPF:	RG:
Endereço:		Telefone:
Município:	UF:	CEP:
Cargo:	Início de Atuação:	Término de Atuação:

5.5 ANEXO V :

RESUMO DE INFORMAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**1. DADOS DA ENTIDADE**

DENOMINAÇÃO SOCIAL:			
NOME FANTASIA:			
CNPJ:		TELEFONE: ()	
ENDEREÇO:			BAIRRO:
MUNICÍPIO:			UF: CEP:

2. VALOR DA ISENÇÃO USUFRUÍDA PELA PESSOA JURÍDICA, SEUS ESTABELECIMENTOS E OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

VALOR DA ISENÇÃO USUFRUÍDA (ou a ser usufruída no caso de requerimento inicial de isenção)				
CNPJ	CONT. PATRONAL	RAT	OUTRAS ENTIDADES	TOTAL

3. SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS GRATUITOS						
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS - GRATUITOS	QUANTIDADE	UNIDADE (PESSOAS / ATENDIMENTOS)	R\$			NÚMERO CONTA CONTÁBIL
			CUSTO DE RECURSOS PRÓPRIOS	RECEITA DE CONVÊNIOS	RECEITA DE SUBVENÇÕES	
TOTAL						

3.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PAGOS				
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS A PARTICULARES	QUANTIDADE	UNIDADE (PESSOAS / ATENDIMENTOS)	VALOR DA RECEITA OBTIDA//R\$	NÚMERO DA CONTA CONTÁBIL

4. SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

4.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS GRATUITOS (INCLUSIVE PROUNI)				
	RECURSOS PRÓPRIOS			
	BOLSAS INTEGRAIS	BOLSAS PARCIAIS 50%	BOLSAS PARCIAIS 25%	OUTROS PERCENTUAIS DE BOLSAS
QUANTIDADE				
VALOR TOTAL				

4.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS COM RECURSOS DE TERCEIROS				
	BOLSAS INTEGRAIS		BOLSAS PARCIAIS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
FIES Lei 10.260/2001				
CONVÊNIOS				
SUBVENÇÕES				

4.3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PAGOS		
	QUANTIDADE DE ALUNOS	VALOR DA RECEITA OBTIDA
ENSINO BÁSICO		
ENSINO SUPERIOR		
OUTROS		

5. SERVIÇOS PRESTADOS NA ÁREA DE SAÚDE

5.1. SERVIÇOS PRESTADOS				
	INTERNAÇÕES		ATENDIMENTO. AMBULATORIAL	
	QUANTIDADE	RECEITA	QUANTIDADE	RECEITA
CONVÊNIO SUS				
OUTROS CONVÊNIOS				
SUBVENÇÕES				
PARTICULARES				
TOTAL				

5.2. SERVIÇOS GRATUITOS			
	QUANTIDADE	CUSTO CONTÁBIL OU TABELA SUS	NÚMERO CONTA CONTÁBIL
INTERNAÇÕES			
ATENDIMENTO AMBULATORIAL			

6. QUESTIONÁRIO

O ÓRGÃO GESTOR DO SUS APRESENTOU DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE CONSTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO PERCENTUAL MÍNIMO DE 60%?

 SIM

 NÃO

QUAL A CAPACIDADE INSTALADA PACIENTE/DIA NA ÁREA DE INTERNAÇÕES?

 PACIENTE / DIA

QUAL O MÉTODO DE APURAÇÃO DOS CUSTOS CONTÁBEIS (tabela doSUS ou registro contábil)?

 REGISTRO CONTÁBIL

 TABELA SUS

FEZ OPÇÃO PELO PROUNI?

 SIM

 NÃO

INFORME A QUANTIDADE DE BOLSAS PARA FUNCIONÁRIOS E SEUS DEPENDENTES

 BOLSA(S)

USA TRABALHO VOLUNTÁRIO (na forma da Lei nº 9.608/1998)?

 SIM

 NÃO

7. DECLARAÇÃO

Por intermédio de seu representante legal, a entidade retro qualificada, em atendimento ao disposto no inciso VII do art. 208, no caso de pedido de reconhecimento de isenção , ou ao disposto no art. 209, no caso de apresentação do Relatório Anual de Atividades, todos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, DECLARA, sob as penas da Lei, serem verdadeiras as informações prestadas e que cumpre integralmente os requisitos previstos no art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Local/Data:

Assinatura/Qualificação:

